

**POLÍTICA OPERÁRIA**

A juventude proletária deve fazer um balanço da atuação de suas direções



Chegamos ao mês de outubro de 2020, oitavo mês de pandemia, com a notícia da pesquisa do IBGE, que mostra um novo recorde de desemprego no país, 13,1 milhões (13,8%, sem contar os desalentados e informais), com a Covid-19 matando, em média, 600 pessoas por dia e próximo dos 150 mil mortos totais e com a pesquisa da Oxfam-BR mostrando que a fome vai matar mais que o vírus no Brasil em 2020. Isso para mostrar apenas alguns elementos da barbárie social.

É necessário fazer um balanço parcial da atuação daqueles que dirigem o movimento social no Brasil, nomeadamente PT, PCdoB e em menor escala o PSOL. Diante dessa situação podemos nos perguntar: o que as entidades estudantis deveriam fazer? A resposta óbvia e natural seria: convocar os estudantes para a luta, com assembleias presenciais e uma ampla campanha em defesa dos empregos, salários, direitos e condições sanitárias, afinal todos os problemas que citamos afetam diretamente a juventude mais pobre e o isolamento social já não existe mais. Mas, o que essas direções do movimento estudantil estão fazendo de fato? Desgraçadamente a resposta é: campanha eleitoral, lives, atos virtuais, pressão parlamentar e outras medidas inúteis.

A política burguesa do isolamento social, ditada pela burguesia e implantada por Bolsonaro, governadores, congresso e STF foi servilmente acatada pelas direções da UNE, UBES, UPES, UEE-SP e UMES. Através da passividade da bandeira do “fique em casa”, do fechamento das entidades, do refúgio nas “lives” e assembleias virtuais, colaboraram com os acordos de demissão, redução

de salário, imposição do EaD e o consequente aumento da miséria das massas. Em alguns casos fizeram pior que não fazer nada, colaboraram com os governos na busca de protocolos de retorno às aulas, deixando a decisão pelo retorno nas mãos da burocracia estatal (secretaria de saúde) e não nas mãos dos estudantes e trabalhadores da educação.

Uma lição deve ser tirada de todo este processo: a classe operária, juventude proletária e demais explorados nunca devem confiar suas vidas aos governos e à burguesia. Só os oprimidos, através de sua luta organizada e independente, podem impor suas condições de sobrevivência.

A juventude com consciência de classe deve fazer o balanço da atuação das entidades diante da crise. Deve levar o boletim Juventude em Luta aos colegas, chamar reuniões de grêmios e assembleias de escolas. A escola fechada não deve ser usada de desculpa para as direções não convocarem os estudantes para a luta: que utilizem espaços abertos, públicos, com distanciamento, medidas de segurança etc., como têm feito diversas categorias.

Destas reuniões e assembleias deve-se tirar um plano de reivindicações e lutas em conjunto com outros trabalhadores que também estão sob ataque. Neste momento os servidores públicos combatem o PL 529 de Dória e a reforma administrativa de Bolsonaro/Guedes. É preciso erguer um movimento nacional unificado da juventude com os trabalhadores empregados e desempregados, pela defesa dos empregos e dos salários.

UNE completa 83 anos. Para o burocratismo, nada! Para a juventude classista, tudo!

Fundada em 11 de agosto de 1937, no Rio de Janeiro, a União Nacional dos Estudantes (UNE) acaba de completar 83 anos. Apesar de nunca ter sido dirigida por uma verdadeira vanguarda classista, democrática e revolucionária, é certo que houve momentos em que cumpriu o papel de centralizar as lutas do movimento estudantil, chocando com os governos.

Prova disso é que na madrugada de 1º de abril de 1964, dia do golpe militar, a sede nacional da UNE foi incendiada e metralhada. Uma clara ação para intimidar o movimento estudantil. Com a UNE posta na clandestinidade, a juventude sofreu um grande revés, mas logo voltou a se organizar. Em 1968, ainda em plena Ditadura Militar, após o assassinato do estudante secundarista Edson Luís, organizou uma passeata com cerca de cem mil manifestantes. Poucos meses depois, veio a decretação do AI-5, que recrudescer as arbitrariedades e fechou ainda mais o regime ditatorial, levando, logo em seguida, à invasão e fechamento do CRUSP (moradia estudantil da USP).

Em 1979, o movimento estudantil conseguiu se reorganizar e a UNE foi refundada no 31º ConUNE, realizado em Salvador. De lá para cá, com exceção de um curto período, entre 1987 e 1991, quando foi dirigida pelo PT, a UNE é controlada pela UJS, juventude do PCdoB. Adaptada ao novo regime e sob essa direção, a entidade sustentou uma política de conciliação de classe. Seus dirigentes a utilizam como meio para se projetar na política burguesa (candidatos a vereador, deputado etc.). Durante os governos do PT, a subordinação ao Estado burguês ficou ainda mais clara. Os congressos da UNE não expressavam as lutas do movimento estudantil, prevalecendo as práticas burocráticas, antidemocráticas e festivas.

Sob a direção estalinista (PCdoB), todos os grandes processos de luta da juventude e do movimento estudantil no século XXI, como as lutas contra o Reuni (Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais) a partir de 2007, a greve das universidades federais, em 2012, as jornadas de junho de 2013, as ocupações secundaristas de 2015 e de 2016 e muitos outros embates se deram por fora e até mesmo contra a UNE e as entidades oficiais.

Apesar do burocratismo, verifica-se que todas as tentativas divisionistas, de criar uma entidade ou organização central paralela a UNE, fracassaram. Queira ou não, a UNE ainda abarca a massa do movimento estudantil brasileiro. Daí, a tarefa da juventude revolucionária não pode ser outra, a não ser batalhar para extirpar a direção estalinista e reformista do comando da entidade. Trata-se de lutar contra o aparelhamento, o burocratismo e o divisionismo, em defesa de uma entidade única, com independência política, que esteja ligada aos interesses da classe operária e da juventude oprimida. Aos 83 anos dessa entidade histórica, dizemos: é preciso retomar a UNE para os métodos da luta de classes! Por uma UNE combativa, classista e independente! ■

Volta às aulas adiadas em São Paulo: quem deve decidir o retorno?

O retorno às aulas presenciais das escolas na cidade de São Paulo foi adiado mais uma vez. O secretário municipal de Saúde, Edson Aparecido, diz que aguardam o resultado de uma testagem em massa para, no início de novembro, decidir sobre o retorno. Segundo ele, 18,4% das crianças da rede municipal testaram positivo para Covid-19, tendo 70% delas sido assintomáticas. Apesar disso, atividades presenciais de reforço e em universidades foram liberadas pelo prefeito Bruno Covas (PSDB) a partir de 7 de outubro.

O grave é que quem decide sobre a volta às aulas não são nem os estudantes, nem os trabalhadores da educação. E o mais grave ainda é que as direções do movimento não movem uma palha para mobilizar os estudantes em defesa de suas reivindicações próprias.

Na verdade, ocorre o contrário disso. No último boletim Juventude em Luta, denunciemos que a direção da UMES (nas mãos da Juventude Pátria Livre/PCdoB, estalinista) participou de uma simulação de protocolo de volta às aulas, junto à Secretaria da Educação. Mais recentemente, fizeram uma “live” para falar da volta às aulas “com segurança”, para qual haviam convidado o secretário municipal da Educação, Bruno Caetano, para falar. Mesmo que ele não tenha participado, o fato de ter sido convidado mostra a submissão da direção da UMES ao Estado burguês e sua política.

Na live, e no resumo feito da mesma no site da UMES, o presidente da entidade chega ao absurdo de culpar a juventude pelo perigo da volta às aulas, dizendo que os jovens muitas vezes “não se previnem da forma correta”. Além disso, suas lamentações por uma grande parcela dos jovens não ter acesso a computadores e internet só servem para esconder o fundo de sua política, que é de defesa do Ensino a Distância (EaD), e não para organizar a luta da juventude em defesa de suas condições de estudo, de emprego etc.

Enquanto a passividade e a submissão à burguesia das direções traidoras permanecer, a juventude estará à mercê da política burguesa. E, nesse caminho, o que temos visto são cortes e mais cortes de verba para a educação pública, o avanço do ensino privado, o avanço do EaD e a destruição da escola pública (com a destruição das condições de estudo, trabalho e infraestrutura nas escolas).

É urgente a superação das direções estalinistas e reformistas. É preciso retomar a independência de classe das entidades de luta, ir para as ruas em defesa das reivindicações mais sentidas e se colocar ao lado dos explorados, em especial a classe operária, contra os ataques do Estado burguês, em defesa da educação pública, da saúde, dos empregos, dos salários e dos direitos.

Ato em SP contra a Reforma Administrativa

Realizou-se em São Paulo, no dia 30 de setembro, um ato presencial e remoto ao mesmo tempo, contra a reforma administrativa. O ato presencial contou com participação reduzida, prevalecendo as falas dos candidatos presentes, defendendo a saída eleitoral, e falas virtuais, que se concentraram em denunciar as mentiras do governo sobre a “necessidade” da reforma, e apontando para a necessidade da luta, em abstrato. Na manifestação, defendemos os seguintes pontos:

1. A reforma administrativa faz parte de um conjunto de contrarreformas anti-operárias, antinacionais e antipopulares. Aparece como extensão da reforma trabalhista, agora aplicada aos servidores públicos e recebe os mesmos argumentos falaciosos das contrarreformas anteriores: “fim dos privilégios”, “saturação dos gastos do Estado”, “liberação de recursos para investimentos”, “geração de empregos” etc.

2. A redução de gastos com a folha de pagamento servirá para sustentar o parasitismo financeiro dos banqueiros e grandes capitalistas através da dívida pública.

3. O caminho encontrado na reforma administrativa é o da destruição da estabilidade e do ingresso por concurso. Desta forma os servidores ficam a mercê do governo/partido de turno no controle do Estado burguês.

5. Para reverter esse caminho de derrotas, que as direções conciliadoras e traidoras estão levando aos trabalhadores, é preciso que a luta não seja corporativa, ou seja, que se alie aos demais setores que estão sendo atacados, para formar um movimento nacional. Com independência de classe e com os métodos próprios da classe operária, com as greves, mobilizações massivas e combativas.

6. Que as centrais sindicais saiam da passividade e convoquem imediatamente um movimento nacional contra a reforma administrativa, aliada a uma campanha e luta por salários, empregos e condições sanitárias.

4. A resposta que apresentamos parte de uma análise dura e sincera sobre as derrotas que o movimento sindical tem sofrido no último período, a exemplo dos petroleiros, Correios e os metalúrgicos da Volks, onde a direção do sindicato acatou um acordo patronal que demitirá 5.000 operários.

Abaixo a reforma administrativa! Abaixo a MP 936! Pela revogação das reformas trabalhista e previdenciária! ■

Governo ataca autonomia universitária e ignora nomes mais votados

Desde que o atual presidente do país, Jair Bolsonaro, tomou posse, já eram esperados muitos ataques e retrocessos aos serviços públicos e no campo educacional. As universidades e institutos federais (IFs) vem enfrentando cortes orçamentários e interferência em sua já débil autonomia, principalmente na nomeação dos reitores. Bolsonaro vem desrespeitando as listas tríplices saídas das eleições internas e nomeando reitores em segundo, terceiro lugar ou mesmo pessoas que nem constam das listas.

O Andes-SN (sindicato nacional docente universitário) tem se posicionado contra as medidas e intervenções tomadas, mas nada de luta concreta e efetiva até o momento. Somente notas de repúdio foram publicadas, como esta: “A diretoria do ANDES-SN repudia as nomeações feitas pelo Presidente Bolsonaro dos reitores da UNIRIO e da UFTM, bem como da reitora “pró tempore” da Universidade Federal de Grande Dourados (UFGD), sem que o(a)s nomeado(a)s sequer tenham participado do processo de consulta à comunidade universitária. Estes atos representam um ataque direto à autonomia das universidades públicas do país” (19 de junho de 2019).

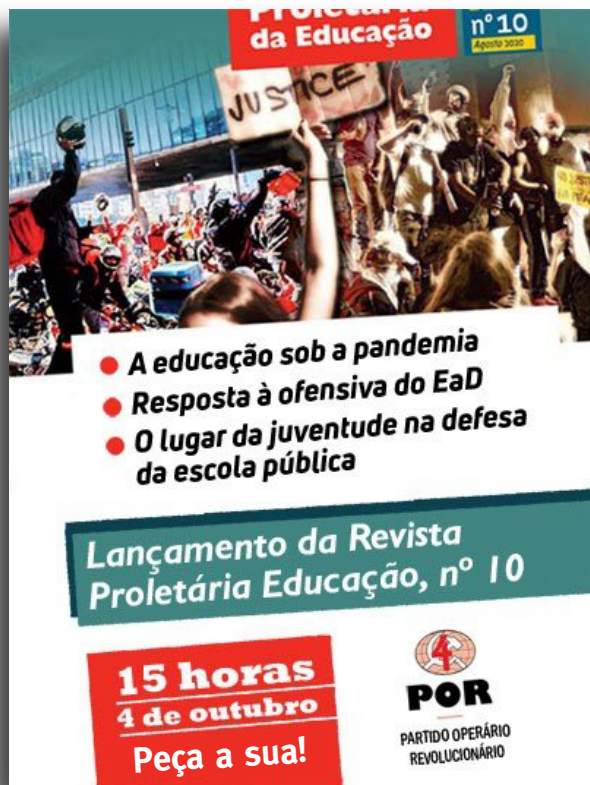
Na Universidade Federal do Ceará (UFC), o primeiro colocado na eleição teve 7.772 e o terceiro 610. Isso não impediu que este último fosse nomeado. Outras instituições também sofreram esse tipo de ataque: UFVJM (Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri), UFTM (Universidade Federal do Triângulo Mineiro), na UFRB (Universidade Federal do Recôncavo da Bahia), IFRN (Instituto Federal do Rio Grande do Norte), IFSC (Instituto Federal de Santa Catarina), Cefet-RJ etc.

O boletim Juventude em Luta defende a autonomia das instituições de ensino, que só pode se concretizar pelo governo tripartite, ou seja, devem ser governadas por aqueles que estudam e trabalham, eleitos com voto direto (cada cabeça um voto) e com mandatos revogáveis. Mas, diante dos ataques do governo Bolsonaro às votações internas realizadas, estamos obrigados a defender que o governo respeite o nome mais votado em cada instituição. Cabe às direções sindicais e estudantis chamar as assembleias presenciais e organizar o movimento contra este e outros ataques. ■



Ato no campus de Belém da UFPA (Universidade Federal do Pará) pede nomeação de escolhido por votação acadêmica para reitoria.

Lançamento da Revista Proletária da Educação nº10!



No dia 4 de outubro, a Corrente Proletária na Educação realizou, em São Paulo, o lançamento da sua décima revista, com um ato presencial que reuniu militantes e muitos jovens simpatizantes do POR. É importante reconhecer a vontade dos camaradas presentes neste momento de grave crise sanitária e destacar o esforço coletivo dos quadros do partido para a elaboração deste valioso material, que serve de guia programático e instrumento para a atuação prática na luta da juventude e da educação.

As apresentações destacaram fatores como a mercantilização e privatização da educação, implementação do EaD etc., que se agravaram na última década com as crises econômicas, e principalmente neste ano de 2020, com a pandemia, quando vimos escancarada a conciliação de classes dos partidos e direções das entidades estudantis e sindicatos, que se recolheram no campo virtual e nas ações filantrópicas, ao invés de organizar os estudantes e trabalhadores por meio da ação direta, para impor um plano de emergência próprio dos explorados.

Um companheiro ressaltou a barbárie e a violência capitalista, principalmente a policial, que atinge brutalmente os jovens pobres e negros, e a sua relação com o desemprego, como consta em um dos artigos.

Outra camarada destacou o texto sobre Paulo Freire, escrito por Guillermo Lora, onde o autor mostra as limitações de sua teoria reformista para a educação e a importância de diferenciar a crítica marxista ao educador brasileiro, da crítica vazia dos bolsonaristas e olavistas.

Ao ler essa edição, fica clara a tarefa de se organizar a luta combativa, superar as direções reformistas e divisionistas dos movimentos sindicais, populares e estudantis e levar para a educação a política proletária e revolucionária. ■

Viva a décima Revista Proletária da Educação!

Dicionário Marxista

80 ANOS DO ASSASSINATO DE TROTSKY E 82 ANOS DA IV INTERNACIONAL

O Partido Operário Revolucionário não deixou passar batido essas datas tão importantes e realizou um ato presencial, no dia 20 de setembro. Na ocasião, foram feitas diversas exposições, mas apresentaremos aqui apenas um resumo das duas principais, sobre os métodos burocráticos e antimarxistas do stalinismo e sobre as tarefas e métodos da Oposição de Esquerda.

Decidimos apresentar o resumo destas exposições aqui no Dicionário Marxista para ajudar a juventude proletária a compreender a importância de lutar pela reconstrução da IV Internacional, como continuidade do marxismo-leninismo.

No primeiro ponto, mostramos as diferenças e contradições entre os métodos de luta interna manejados por Lênin e os de Stalin. Esses métodos já tinham sido consolidados na luta entre os bolcheviques e os mencheviques, anos antes da revolução de 1917. Ao assumir o poder, Stalin passou a minar a democracia operária e fortalecer a camarilha dirigente. As divergências programáticas têm de ser amadurecidas e resolvidas no terreno da prática, mas Stalin e aliados inverteram essa lógica e passaram a resolver as divergências de forma burocrática e autoritária.

A burocracia stalinista impediu de todas as formas, que as posições programáticas da Oposição de Esquerda, liderada por Trotsky, chegassem aos operários, e assim pudessem decidir que rumo tomar. As falsificações, destituições de

cargos, prisões, expulsões do país e assassinatos, tudo isso muito bem documentado, compõem a base do método estalinista de combate à oposição.

Já a Oposição de Esquerda, que foi o germe da IV internacional, lutou até 1933 para recuperar a III internacional, que estava dominada pelo stalinismo. Lutou também incansavelmente pela defesa incondicional da URSS, que se mantinha como um Estado operário, mas que se degenerava diante da política centrista e de colaboração com o imperialismo, que Stalin e seus asseclas impuseram. A principal traição do stalinismo à revolução de Outubro foi a substituição do programa da revolução internacional pela teoria do socialismo em um só país.

A partir de 1933, com a ascensão de Hitler e a capitulação da III internacional, a Oposição de Esquerda passa ao trabalho pela construção da IV internacional, como partido mundial da revolução socialista e que manteria o programa e estratégia marxista-leninista.

Trazemos apenas um resumo das exposições que foram longas e baseadas nos documentos oficiais da história das Internacionais. Cabe à juventude com consciência de classe se apropriar desta história e transformar a teoria em prática revolucionária trabalhando pela reconstrução do partido mundial da revolução socialista, a IV internacional. Não há outra forma de concretizar essa tarefa, a não ser construindo o partido da revolução socialista aqui no Brasil.